



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

FAMÍLIA: UMA ALIADA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

VALKÍRIA CORDEIRO DA ROCHA SANTOS

ORIENTADORA: FERNANDA CUPOLILLO MIANA DE FARIA

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

VALKIRIA CORDEIRO DA ROCHA SANTOS

FAMÍLIA: UMA ALIADA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Fernanda Cupolillo Miana de Faria

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

VALKIRIA CORDEIRO DA ROCHA SANTOS

FAMILIA: UMA ALIADA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em ___/___/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

FERNANDA CUPOLILLO MIANA DE FARIA (Orientadora)

GEANE DE JESUS SILVA (Examinador)

VALKIRIA CORDEIRO DA ROCHA SANTOS (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

À minha mãe, pelo amor imensurável e por tamanha demonstração de afeto. Minha referência de vida. Agradeço a presença constante em minha vida, a incansável parceria nos momentos difíceis e a grande ajuda na criação das minhas filhas, durante as minhas inúmeras ausências, em virtude da longa jornada de trabalho e estudos.

Ao meu esposo, amigo e companheiro, Sócrates Santos, por me incentivar e me encorajar a fazer a especialização, cujas palavras de apoio foram de fundamental importância para fazer-me acreditar que eu seria capaz de ir adiante e que prosseguisse buscando realizar meus objetivos. Muitíssimo obrigada pela cumplicidade.

Às minhas filhas Ludmila, Isabella e Sollara, em quem eu encontrei aconchego e carinho. Agradeço a compreensão de vocês em cada pedido de companhia não atendido, por estar envolvida com o projeto, embora não tivessem conhecimento disto, mas iluminaram de maneira especial meus pensamentos, levando-me a buscar mais conhecimentos. Agradeço aos professores e às famílias que entenderam o objetivo dessa pesquisa e aceitaram participar da mesma, fornecendo os dados necessários.

Às pessoas que acreditam que é possível construir uma sociedade em que todos possam ter as mesmas oportunidades.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que é o autor e consumidor da minha vida. Principalmente por colocar em minha vida pessoas tão especiais.

À minha querida avó Arlinda Alves, que também ajudou na minha educação e me ensinou os princípios e valores da vida, proporcionando-me todas as condições para que eu chegasse a esse momento tão importante.

Aos meus irmãos e irmãs, cunhados e cunhadas, pelo apoio e incentivo durante esta jornada.

À minha orientadora, prof^a Fernanda Cupolillo Miana de Faria, pela compreensão e sabedoria, que sempre me acolheu. O meu reconhecimento pela sua dedicação e competência como profissional e minha admiração pelo seu comprometimento com o outro.

Aos professores, tutores e colegas que tive oportunidade de conhecer ao longo desse curso, com os quais aprendi a ter esperança de que o mundo pode ser melhor do que é hoje.

A todos que, de alguma forma, contribuíram, para o meu êxito profissional.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

Eu, tu, ele... seres em construção!

Que bom que tenho consciência
Do ser que sou, fragmentado
Alguém sempre em construção
Imperfeito, incompleto, inacabado

Que bom que tenho consciência
Que o crescimento é parcelado
E que quanto mais eu aprendo
Nunca estou, por completo, "terminado"

Que bom que a mim é dado
A oportunidade de corrigir, de ser
reciclado
De investir no que acho que está certo
E corrigir, tentar mudar o que está errado

Que bom que a mim é dado
A oportunidade de ser renovado!...

(Mena Moreira)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender o papel das famílias no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, na perspectiva dos professores. Para a execução da pesquisa, adotou-se a metodologia qualitativa por meio da observação participante, e da aplicação de entrevistas semiestruturadas aos professores regentes da turma e pais dos alunos. De acordo com a análise dos dados coletados, pôde-se constatar por meio dos relatos a falta de experiência para lidar com as crianças e as famílias, que são consideradas fundamentais para o desenvolvimento da criança com necessidade educacional especial, assim como para um processo de educação e aprendizagem, ou simplesmente para a socialização.

Palavras-Chave: inclusão; necessidades educacionais especiais; escola; professores; família.

SUMÁRIO

RESUMO

1 APRESENTAÇÃO.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 O que é educação inclusiva.....	14
2.2 A criança com necessidade educacional especial e sua família.....	17
2.3 Família e escola: estreitando os laços.....	18
3 OBJETIVOS.....	21
4 METODOLOGIA.....	22
4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia.....	22
4.2 Contexto da Pesquisa.....	22
4.3 Participantes.....	24
4.4 Materiais.....	25
4.5 Instrumentos de Construção de Dados.....	25
4.6 Procedimentos de Construção de Dados	26
4.7 Procedimentos de Análise de Dados.....	27
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICES	38
ANEXOS.....	41

1 APRESENTAÇÃO

O presente estudo, intitulado “Família: aliada da educação inclusiva?”, apresenta informações relevantes para o entendimento do processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular, segundo a visão dos professores. A pesquisa gira em torno, portanto, da percepção dos docentes a respeito das famílias desses discentes.

O sentido do termo inclusão perpassa vários contextos; entre eles, o escolar, que implica não somente a inserção da criança com necessidades educacionais especiais no ensino regular, mas o fornecimento de apoio para que possa aprender. A escola, portanto, deve proporcionar subsídios para que a criança possa se desenvolver de modo satisfatório, segundo suas necessidades e dificuldades, a partir de meios que venham a lhe favorecer de modo positivo. Neste sentido, as parcerias construídas entre a comunidade escolar, a família e a sociedade podem contribuir para que sejam desenvolvidas ações inclusivas para todos que da escola fazem parte, sendo o aluno ator central do processo de ensino e aprendizagem. Ou seja, a escola inclusiva construída com a participação de diversos atores requer ainda reflexão constante, conhecimento das leis e disposição para mudar. Característica essa que faz parte dos princípios de uma escola inclusiva.

A escolha do tema nasceu da inquietação acerca do processo de inclusão da criança com necessidades educacionais especiais no meio escolar. Observou-se que, nas escolas brasileiras, encontram-se crianças com necessidades educacionais especiais; todavia, muitas destas escolas e também muitas famílias das crianças não têm atendimentos especiais e nem estruturas físicas e emocionais para lidar com essa especificidade.

Neste trabalho, busquei analisar o papel da família no ensino inclusivo. Apesar de possuírem uma organização diversa e se estabelecerem em espaços diferentes, a escola, a família e os grupos sociais acabam estabelecendo entre si uma rede de relações. Família, professor e sociedade têm como papel envolver-se em uma partilha solidária, divisão de tarefas, visando à construção de um ambiente favorecedor, que estimule a criança com deficiência a desenvolver o seu potencial. Há uma grande dificuldade em levar os pais à escola, para participarem da vida escolar de seus filhos como colaboradores, ou como amigos da escola.

O trabalho norteou-se através de pesquisas bibliográficas e de uma pesquisa empírica com professores e pais de alunos de uma escola municipal da rede pública de Juvenília- MG para investigar qual tem sido o papel social da família no ensino inclusivo. Do mesmo modo, almejou-se compreender o que a instituição tem feito para envolver os pais no contexto do ensino e aprendizagem e nas decisões da comunidade-escola.

O estudo foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, procurou-se trabalhar com o conceito de educação inclusiva, tendo como base a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9.394 (1996), e Sasaki (1999).

O segundo capítulo faz menção à criança com necessidade educacional especial e sua família, tendo como aporte teórico, sobretudo, os autores: Kelman (2010) e Bowlby (1997).

O terceiro capítulo apresenta as relações e os laços existentes entre família e escola, desempenhando um papel de suma importância na vida da criança. Baseei a discussão nas contribuições de Rego (2003) e Szymanski (2001).

Sob um olhar sensível, reflexivo e profundo, relato minha trajetória de vida. Revisitando o passado e rememorando o presente, sinto-me desafiada e, ao mesmo tempo, tomada por uma forte emoção, pensando no grande compromisso que tenho comigo mesma ao lembrar e relatar minha infância, adolescência e idade adulta. Verdadeiramente, é necessário superar certos desafios para falar sobre minha história em seus distintos contextos.

Nasci no ano de 1980, na cidade de Carinhanha-Ba, onde resido até hoje. Sou graduada em Letras-Português, pela UnB-UAB. Minha história de vida se mistura à de muitas pessoas. Compor essas histórias é retratar uma sociedade de injustiças sociais que ainda hoje persiste em nosso mundo.

Meu primeiro contato com a vida estudantil foi bem precoce. Tinha uma tia, professora de séries iniciais, que sempre preparava em casa suas aulas lúdicas de alfabetização, permitindo-me um contato com o lápis e o papel desde os dois anos de idade. Mas foi com seis anos que ingressei na escola regular, numa instituição pública. Minha primeira professora se chamava Julice e foi me espelhando nela, ainda criança, que passei a ter vontade de ser professora. Ela foi uma das docentes que marcou minha vida. Encantadora e dedicada com todos os alunos.

Concluí o Ensino Fundamental I em 1992 e, no ano seguinte, dei início ao Ensino Fundamental II, que foi concluído em 1997. Nunca tive dúvidas de que queria me formar como professora. E então, ingressei no curso de magistério e me formei em 1999. No ano seguinte, em 2000, trabalhei como professora substituta. Ministrei aulas de educação para jovens e adultos e isso me fazia feliz e realizada. Em 2001, participei de um concurso público

para o cargo de professora no município de Carinhanha-Ba. Passei a ser professora titular em uma comunidade da zona rural, onde permaneci por quatro anos. Logo em seguida, tive que abrir mão do emprego por motivo de força maior.

Hoje sou professora efetiva no município de Juvenília-MG. Há seis anos leciono para crianças do Ensino Fundamental I. Além disso, sou professora contratada do estado, lecionando Língua Portuguesa para alunos do Ensino Médio, no município de Malhada-BA.

Desde que concluí o Ensino Médio, no ano de 1999, sempre sonhei em cursar uma faculdade. Sempre tive vontade de cursar Letras. Em 2007, tive a oportunidade de realizar esse sonho, tornando-me uma universitária do curso de Letras pela UnB-UAB. Uma nova fase se iniciava em minha vida: a conquista do ensino superior.

Nesse período, tive três experiências muito significativas tanto para minha vida pessoal como profissional. Por meio das disciplinas de Libras e dos estágios de observação no EJA e na Educação Especial, pude perceber as muitas dificuldades que as pessoas com necessidades educacionais especiais passam, na escola regular, pela falta de tecnologias assistidas e pelos problemas de acessibilidade. Do mesmo modo, ao me deparar no ano passado, em sala de aula, com crianças que possuíam TDHA (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade), baixa visão e transtornos delirantes persistentes. De início, solicitava a presença da família na escola para conversar e resolver algumas situações relacionadas a esses alunos. Todavia, algumas famílias não apareciam e pareciam não se importar com a situação de seus filhos. Passei a visitar as famílias dos meus alunos, principalmente as daqueles que apresentavam essas dificuldades e constatei alguns problemas inerentes às famílias, refletidos nas suas vidas escolares e como seres humanos. Senti-me na responsabilidade de buscar melhorias para essas pessoas que eram carentes e precisavam de um apoio da comunidade escolar como um todo.

Comecei a pesquisar e trabalhar em profundidade em torno dessa situação quando soube do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, oferecido pelo Instituto de Psicologia pela Universidade Aberta do Brasil/ Universidade de Brasília (UAB-UnB). Com o curso de pós-graduação em andamento, senti a necessidade de pesquisar em sala de aula, tanto na condição de professor como de estudante, a presença da família no processo inclusivo de seus filhos na escola regular.

Deste modo, ciente da importância de inserir os pais nas decisões coletivas da escola para ajudar a melhorar o desempenho dos alunos, optei por escrever o trabalho “Família: uma aliada na educação inclusiva?”. Compreende-se que a afeição e a dedicação da família também são essenciais nesse processo de desenvolvimento, e sua ausência pode dificultar o

desenvolvimento do ensino-aprendizagem e ocasionar desajustes sociais. Diante disso, faz-se imprescindível pesquisar no cenário educacional o que tem impedido esse envolvimento dos pais no processo de aprendizagem dos filhos.

De acordo com Mantoan (apud REGEN, 1998, p. 4), “é vital que o ambiente educacional que pretende operacionalizar experiências inclusivas esteja consciente de que: o meio mais favorável possível é o que (...) constitui espaços institucionais abertos, em que a diversidade é a mola que impulsiona os educadores, os especialistas, pais e crianças e a sociedade em geral a mudar comportamentos, ideias, procedimentos, em busca de uma educação e vida de qualidade para todos”.

A família possui um papel fundamental de compreender que a criança com necessidade educacional especial precisa vivenciar sua relação com o meio como qualquer outra criança, podendo desenvolver suas capacidades e conhecimentos através dessa vivência.

As autoras Diva Albuquerque e Silviano Barbato no livro *Desenvolvimento Humano Educação e Inclusão Escolar* (2010), retratam algumas abordagens teóricas sobre os processos de desenvolvimento humano. Deve-se ter a consciência de que o ser humano não deve ser considerado um ser passivo, mas ativo, com capacidade de interagir, aprendendo no seu tempo, seja no ambiente escolar quanto familiar, fundamentais para a transformação de cada indivíduo.

Algumas pesquisas e teorias apontam que a escola e a família precisam atuar em conjunto na busca de soluções para o desenvolvimento humano da criança, em seu desenvolvimento intelectual e afetivo, protegendo-as e ajudando-as de acordo com suas necessidades e capacidades.

No entanto, como ajudá-las se os laços entre família e escola estão se fragilizando com o passar dos anos?

É necessário que haja colaboração tanto da família quanto da escola para o estreitamento dos laços afetivos.

Dessen e Polônia (2007) destacam que os pais precisam ficar atentos tanto nos aspectos de acompanhamento das atividades e dos trabalhos realizados pelo educando, quanto da sua permanência no ambiente escolar e sua relação e integração entre professores e os pares.

Os laços afetivos, estruturados e consolidados tanto na escola como na família permitem que os indivíduos lidem com conflitos, aproximações e situações oriundas destes vínculos, aprendendo a resolver os problemas de maneira conjunta ou separada. (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 27).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O que é educação inclusiva?

Sabe-se que o direito à Educação é o que garante o acesso a muitos outros, permitindo que as pessoas conheçam seus próprios direitos e os dos demais, fortalecendo-se na luta pela garantia dos mesmos. Ser cidadão é ter nossos direitos individuais, sociais e políticos garantidos e respeitados. No mundo atual, entretanto, milhões de pessoas são excluídas em maior ou menor grau da vida social, cultural, econômica, política, educacional, familiar.

A inclusão escolar no Brasil está intrinsecamente ligada à história e aos fundamentos dos movimentos voltados para a defesa e garantia dos direitos humanos. Estes se constituem como pré-requisitos para que os indivíduos possam construir suas vidas em liberdade, igualdade e dignidade. A finalidade do estabelecimento destes direitos não é o de igualar as pessoas ou os grupos sociais, mas assegurar-lhes uma vida digna, de acordo com as especificidades que lhes são próprias.

Segundo coloca Peterke (2009), ao longo da história estes direitos têm sido primeiramente consolidados nas legislações nacionais, para depois se tornarem matéria do direito internacional.

Ainda sobre a construção destes direitos, conforme o referido autor:

Os direitos humanos não são estáticos. Por via de regra, são construídos como uma reação a situações de ameaça e opressão. Assim, a liberdade de culto surgiu como resposta à emergência do protestantismo, por meio da Reforma instaurada por Martin Lutero; a proibição da escravidão surgiu da luta contra as formas desumanas do colonialismo; a proteção de dados tornou-se tema com a moderna tecnologia da informação; a proteção do meio ambiente e a biotecnologia levantaram novas questões acerca de direitos humanos (PETERKE, 2009, p. 23).

Se há a necessidade de se falar em inclusão, obviamente é porque a exclusão ainda existe. A exclusão social é entendida essencialmente como uma situação da falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus membros.

A inclusão como prática educativa é recente em nossa sociedade, as práticas anteriores de educação, como a exclusão, a segregação institucional e a integração de pessoas com necessidades especiais, vêm dando espaço, gradativamente, à inclusão. Como o objetivo da educação inclusiva é uma sociedade para todos, sua prática repousa

em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação (SASSAKI, 1999, p. 42).

A educação inclusiva passa a existir como resultado da luta pelo direito das pessoas com deficiência. Num primeiro momento, essa proposta educacional foi vista como uma inovação da educação especial; entretanto, progressivamente, ampliou-se em todo o contexto educativo, como uma tentativa de fazer com que a educação fosse de qualidade e que chegasse a todos e para todos.

A educação inclusiva é o processo de inclusão de seres humanos com deficiência na rede regular de ensino em todos os graus, desde a pré-escola até ao ensino superior. A escola precisa disponibilizar os meios necessários para o desenvolvimento das potencialidades humanas, abrangendo a formação da cidadania e também a construção do indivíduo como um todo. A educação inclusiva vem ganhando espaço no contexto social e educativo, uma vez que está respaldada legalmente e por condições propostas pelo governo e legitimadas pelas políticas públicas do Estado. Ao se falar em educação inclusiva, é preciso levar em conta seu histórico, não somente nos remetendo às teorias e práticas constituídas, mas aos documentos legais que legitimam essas práticas. A educação inclusiva tem origem em muitos movimentos, debates, estudos teóricos e práticas e alguns dos mais importantes documentos produzidos sobre o assunto – tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) –, que serviram como uma das bases fundamentais para movimentos e acordos políticos relacionados à inclusão. A Declaração de Salamanca, documento originário da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, é a que, de maneira mais decisiva e explícita, tem contribuído para impulsionar a educação inclusiva em todo o mundo.

A educação da pessoa com deficiência no Brasil foi sendo estruturada em paralelo com as diferentes visões que a sociedade brasileira tinha da problemática da deficiência. Na legislação educacional brasileira, encontram-se algumas definições assim como em documentos gerais sobre a educação, como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9.394, que, no Capítulo V, Art. 58, define: “Entende-se por educação especial, para os efeitos dessa lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (LEI DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1996).

Atualmente são considerados alunos com necessidades educacionais especiais aqueles que:

apresentam durante o processo educacional dificuldades acentuadas de aprendizagem que podem ser não vinculadas a uma causa orgânica específica ou relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências, abrangendo dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, bem como altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2005, p. 34).

Para Macedo (2004), uma escola inclusiva é um espaço privilegiado de descobertas pessoais, de enfrentamento de preconceitos, de experiências de co-dependência:

a educação inclusiva é uma educação democrática, comunitária, pois supõe que o professor saia da sua solidão, arrogância, falso domínio e tenha a coragem de dizer não sei, tenho medo, nojo, vergonha, pena, não respeito, quero aprender ou rever minhas estratégias pedagógicas, pois não consigo ensinar para certos tipos de criança, não sei controlar o tempo, não sei ajudar – não no sentido da co-dependência, mas no sentido da interdependência (MACEDO, 2004, p. 1).

Educar para a diversidade consiste em flexibilizar paradigmas, preconceitos, estereótipos, sendo necessária uma mudança no modelo educacional e principalmente a transformação das atitudes dos professores em relação à inclusão, uma vez que estes têm um papel fundamental nesse processo. Este princípio é a garantia de uma educação para todos, sem distinção de raça, gênero, classe social e econômica, religião, além de características individuais.

Cabe enfatizar, porém, que educação inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em uma escola ou turma regular, como se fossem um espaço de convivência para desenvolver sua “socialização”. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e a permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorre a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento.

Deste modo, a escola inclusiva deve romper com as barreiras da exclusão e construir uma ponte de ligação entre os alunos ditos “normais” e os alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo a interação entre ambos, facilitando seu processo de ensino e aprendizagem e garantindo uma educação de qualidade como um direito de todos e para todos. A educação inclusiva constitui um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade de alunos. Ou seja, é um novo mundo, um novo olhar, um novo educar.

Enfim, o processo de inclusão implica mais do que lançar uma pessoa com deficiência no contexto social; constitui um processo que amplia a participação de todos os seres humanos, dando-lhes acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus membros. É uma preparação da sociedade para conviver com a diferença de maneira mais harmoniosa, buscando a qualidade de vida dos cidadãos.

2.2 A criança com necessidade educacional especial e sua família

Muitas expectativas são criadas com a chegada de um filho. Idealiza-se seu futuro, e se especula se a criança irá corresponder aos planos que lhe são colocadas desde o momento da concepção.

Compreender que se tem um filho com deficiência constitui um processo que vai além do mero conhecimento do fato. A assimilação dessa situação, como de qualquer fato doloroso, leva um tempo e, em determinados casos, jamais chega a ser completa. Existe sempre um sentimento de perda quando se tem um filho com deficiência: os pais têm de abdicar da expectativa, que todo pai nutre, de se ter um filho sem nenhuma dificuldade; até mesmo um filho ideal e perfeito.

A família constitui o principal e o primeiro contexto de desenvolvimento do ser humano, na qual um membro está interligado ao outro. O nascimento ou surgimento de alguém com uma deficiência gera impactos sobre a estrutura familiar, uma vez que nem sempre se está preparado para enfrentar tal situação. Some-se a isso o fato de muitas famílias serem vítimas do preconceito e ficarem, por isso, temerosas.

Segundo Kelman, “A família é o primeiro e provavelmente o principal grupo social em que convivemos, pois é nela que o indivíduo aprende a conquistar a individualidade e independência” (2010, p. 38). Sendo assim, a família é o primeiro grupo social no qual os seres humanos desenvolvem a interação e a percepção de si mesmos e dos outros de forma complexa.

É no seio familiar que as primeiras aflições, conquistas, medos e metas pessoais aparecem; é onde ocorre o desenvolvimento das primeiras habilidades, os primeiros ensinamentos por meio da educação familiar na qual o filho aprende a respeitar os outros, a conviver com preceitos que foram criados e reformulados no transcorrer da formação da sociedade. Dessa forma, podemos dizer que, ela propicia a construção dos laços afetivos e a satisfação das necessidades no desenvolvimento dos filhos. Também cumpre um papel decisivo na socialização e educação. Nela que são absorvidos os primeiros saberes, e onde se aprofundam os laços de solidariedade.

Sendo a família o primeiro e o principal grupo social em que o ser humano vive, é nela que se aprende a construir a individualidade e a independência. Pode-se dizer que a presença da família é muito importante para o desenvolvimento dos sujeitos, com deficiência ou não. Caso a família que receba uma criança com deficiência não seja capaz de oferecer a ela um ambiente amoroso e estável, o desenvolvimento da criança pode tornar-se mais difícil. É importante que a família possa aceitá-la e buscar ajuda para seu melhor desenvolvimento. Um ambiente positivo e estimulador é determinante na constituição das primeiras relações da criança com o mundo. Segundo Bowlby:

a experiência familiar daqueles que se tornarão pessoas relativamente estáveis e autoconfiantes é caracterizada não apenas pelo apoio infalível dos pais, quando a eles se recorre, mas ainda por um estímulo gradual e constante à crescente autonomia, notando-se ainda que os pais transmitam modelos funcionais de si próprios, da criança e de outros (BOWLBY, 1997, p. 113).

Há muito tempo busca-se compreender como o ser humano se desenvolve. Nesta busca, dá-se à família grande importância, pois é nela que a criança inicia suas experiências com o mundo. Este indivíduo pode se constituir como um ser ativo nos mais diferentes sentidos, o que será tanto mais possível quanto mais o processo de empoderamento seja possibilitado desde a infância, para que esse sujeito possa adquirir autonomia para gerenciar sua vida.

Para Haerter (2003), a relação afetiva pais-criança é extremamente necessária e importante para o desenvolvimento de uma criança, pois é a partir dela que o mundo começará a ter significado.

Portanto, percebe-se que o acolhimento das famílias é de suma importância para o desenvolvimento da autonomia e independência da criança com deficiência, pois é dentro do ambiente familiar que se inicia o exercício de sua dignidade como pessoa. Os pais possuem papel determinante, portanto, no processo de possibilitar às suas crianças interagir com o meio físico e social, respondendo às exigências necessárias à sua adaptação ao mundo.

2.3 Família e escola: estreitando os laços

A família e a escola, em nossa sociedade, constituem-se como as duas instituições principais para suscitar os processos de desenvolvimento dos seres humanos, agindo como molas propulsoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Esses dois contextos exercem forte influência na vida de uma pessoa com desenvolvimento atípico. A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que

contribuem e influenciam a formação do cidadão (Rego, 2003). Pode-se dizer que tanto uma como a outra têm a responsabilidade de transmitir e construir no indivíduo o conhecimento culturalmente organizado, transformando os modos de funcionamento psicológico, conforme as possibilidades de cada ambiente.

De acordo com Szymanski (2001), a ação educativa da escola e da família apresentam nuances distintas quanto aos objetivos, conteúdos, métodos e questões interligadas à afetividade, bem como em relação às interações e aos contextos diversificados.

A escola é uma instituição identificada por duas características principais: a de ensinar conteúdos e a de formar as pessoas por meio da circulação de valores, ideias, crenças, preceitos morais e éticos. O espaço escolar constitui-se um lugar privilegiado, onde, a escola, como espaço social específico, enfrenta o desafio de superar práticas pedagógicas dominantes. Em que o seu papel é ensinar, garantir a aprendizagem de certas habilidades e conteúdos que são necessários para a vida em sociedade, contribuindo no e para o processo de inserção social através da criação de instrumentos de compreensão da realidade local, e, também, favorecendo a participação dos educandos nas relações sociais diversificadas.

Já na família, promove-se uma ação de socialização, proteção, e o desenvolvimento de seus membros no plano cognitivo, afetivo e social. A família tem uma força significativa e uma forte influência no comportamento dos indivíduos, sobretudo das crianças, que aprendem as distintas formas de existir, de observar o mundo e construir as suas relações sociais.

Há um esforço coordenado entre a escola e família em busca de respostas às muitas necessidades educacionais especiais. Marco de referência existencial, família e escola são as colunas de apoio e sustentação ao indivíduo. Quanto maior e melhor for à parceria entre as duas, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do sujeito. Deve ser constante e consciente a participação dos pais na educação formal dos filhos. Ambiente familiar e ambiente escolar são simultâneas e complementares e é imprescindível que pais, professores, filhos/alunos participem e compartilhem experiências, percebam e trabalhem as questões envolvidas no seu dia-a-dia sem julgar um ao outro, procurando o culpado ou inocente, entretanto buscando compreender as nuances de cada situação.

Rotineiramente, a escola se queixa de que as famílias delegam unicamente ao meio escolar a educação de seus filhos. Do outro lado, alguns pais sentem que a escola lhes impõe o que fazer com seus filhos, não escutando seus pontos de vista, nem considerando suas possibilidades e necessidades como família.

A escola possui um papel muito amplo na formação da cidadania, que perpassa a construção de conhecimentos por áreas. Tem um papel de formação de cidadania, garantindo

uma educação que possibilite às pessoas terem consciência e conhecimento dos seus direitos e deveres, através de suas práticas pedagógicas, e por intermédio da problematização das áreas do currículo, integradas por um diálogo com os direitos humanos.

É notório que todos os indivíduos têm capacidade de aprender; cada um com suas habilidades e potencialidades, independentemente de suas diferenças e deficiências. Atualmente, uma das questões que tem sido debatida, principalmente no processo de escolarização, é com relação à inclusão de crianças e/ou adolescentes com deficiência, com o intuito de se criarem ações e estratégias que os possibilite desenvolverem um ensino-aprendizagem de qualidade, atento às suas potencialidades e peculiaridades.

Família e escola têm papéis sociais específicos; entretanto, não completamente diferenciados. Juntas, contribuem para o desenvolvimento histórico e humano de nossa sociedade, a partir do momento em que cada instituição se responsabiliza pelo seu papel na sociedade. Nesse sentido, vê-se como frutífero o estabelecimento de parcerias em prol do amplo desenvolvimento de seus alunos, desde que, cada uma respeite as especificidades da outra.

A organização familiar no processo de inclusão é indispensável no contexto escolar. Neste sentido corroboro com Sassaki (1998) ao afirmar que envolvimento da família nas práticas inclusivas da escola ocorre quando existe entre a escola e a família, um sistema de comunicação; os pais participam nas reuniões da equipe escolar para planejar, adaptar o currículo e compartilhar sucessos; as famílias são reconhecidas pela escola como parceiros plenos junto à equipe escolar.

O estreitamento de laços entre família e escola, portanto, possibilita o desenvolvimento de ações em parceria, construindo coletivamente uma relação de diálogo mútuo, para que possam juntas enfrentar os desafios que a sociedade atual impõe a todos. Se unidas pelo mesmo motivo em prol do desenvolvimento integral do aluno em todos os aspectos (cognitivo, afetivo, social, psicomotor), do conhecimento das diferenças individuais, respeito às diversidades, considerando-o como um ser ativo com capacidade de se desenvolver plenamente, e no seu ritmo, seja no ambiente escolar seja no familiar, ambas as instituições estarão contribuindo para o desenvolvimento de uma comunidade menos excludente e segregacionista.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Compreender a relação entre família e escola na colaboração do desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais do Ensino Fundamental, a partir do acompanhamento e envolvimento na resolução de problemas e conflitos presentes no dia a dia da escola.

3.2 Objetivos específicos

- a) Pesquisar o modo como às situações familiares influenciam no processo de ensino e aprendizagem escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- b) Colaborar, através deste estudo, na promoção da integração entre família e escola, estimulando o crescimento do aluno, e resgatando sua autoestima;
- c) Acompanhar o processo de inclusão do aluno na rede, fazendo um paralelo com o que regem as leis que defendem a inclusão, detectando deste modo o perfil da escola.

4 METODOLOGIA

4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

É de fundamental importância a metodologia da pesquisa. Ela pode ser compreendida como o estudo dos caminhos ou métodos a serem seguidos para se fazer ciência, buscando respostas para problemas específicos, ou seja, um conjunto de ações propostas para encontrar a solução para um problema que tem por base procedimentos racionais e sistemáticos.

A pesquisa utilizada foi de orientação qualitativa, em razão de ser a mais adequada a um estudo social. Esse método dá preferência à representação das realidades sociais em detrimento da produção de números, possibilitando a prática de pesquisa crítica e emancipatória.

Foi possível elaborar um texto de cunho qualitativo logo após a entrevista, com os dados necessários à compreensão da realidade da escola e da família. Conforme explicitam os estudos de Moraes,

a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão (MORAES, 2002, p. 191).

Deste modo, a característica principal da pesquisa qualitativa é um pesquisador participativo, compreensivo e capaz de interpretar, viver e conhecer a realidade do contexto sociocultural vivenciado pelo grupo estudado.

4.2 Contexto da Pesquisa

O estudo foi realizado na rede municipal de ensino da cidade de Juvenília-MG. A escola escolhida para o estudo desse trabalho se localiza em Porto Agrário, distrito de Juvenília-MG. A mesma foi fundada em 22 de abril de 1985 e está situada à margem esquerda do Rio São Francisco, na Rua Projetada, neste distrito.

A Escola Municipal em sua estrutura física espacial contém uma diretoria com secretaria, uma sala para professores com computador, geladeira e banheiro, uma cozinha com despensa, uma área de serviço, uma biblioteca, uma sala de informática, seis banheiros: sendo três femininos e três masculinos, dez salas de aula e um auditório com capacidade para 40 alunos cada uma. A estrutura conta ainda com uma área para recreação e uma quadra ao lado que está em processo de construção. Em relação ao corpo que constitui a direção, o estabelecimento de ensino tem uma equipe de profissionais, sendo uma diretora, um vice-diretor, um coordenador pedagógico, vinte e três professores e dez funcionários de apoio: merendeiras, porteiro, serventes. Há também parceria de profissionais na área da saúde e na área social que dão apoio a escola, tais como: enfermeira, dentista, psicóloga e conselheiros tutelares.

A instituição de ensino pesquisada foi uma escola pública municipal com Ensino Fundamental I e II, que atende uma média de 400 alunos. Sendo que sete são alunos especiais que possui laudo médico.

A acessibilidade dessa instituição é só na entrada da escola e nos banheiros que possui rampa para alunos cadeirantes. A instituição não oferece o atendimento educacional especializado AEE para atender alunos com necessidades educacionais especiais. Diante das observações, nota-se que ainda falta muita coisa para promover a inclusão dos alunos com deficiência na escola, em que tal processo está acontecendo aos poucos, muitas mudanças precisam ser feitas para alcançar a inclusão.

O regimento escolar dessa instituição enfatiza que um dos objetivos da escola é possibilitar ao educando oportunidades favoráveis ao seu desenvolvimento as diferenças individuais; desenvolvimento das competências e habilidades e a formação de atitudes e valores; propiciar atividade para que haja oportunidade de maior entrosamento dos pais com a comunidade.

As propostas pedagógicas do Plano de Desenvolvimento da Escola e do Projeto Político Pedagógico foram elaboradas em consonância com a legislação vigente. Tendo a durabilidade de três anos, com revisão anual das metas e objetivos. A coordenação da revisão do PPP e do Plano Global é de competência da direção, juntamente com a comunidade escolar.

As decisões diretivas da instituição de educação são colegiadas, pois a instituição trabalha de forma democrática e conjunta buscando o melhor para unidade escolar. Os planos de ensino são pautados nos Parâmetros Curriculares Nacionais e os planejamentos são semestrais, mensais e semanais.

As formas de procedimentos utilizados pela escola para acompanhar e avaliar o processo de aprendizagem dos alunos que ser objetos de registros para subsidiar as decisões e informações sobre a vida escolar, onde a avaliação mediante acompanhamento, provas, trabalhos, sendo expressos em notas e conceitos com caráter de registro definitivo. O conselho de classe é composto pelos professores de turma ou serie, pela direção, pelo supervisor, pelo representante dos alunos e pelo representante de pais.

A inserção da comunidade na escola é através de reuniões pedagógicas, grêmio estudantil, eventos culturais e comemorativos. A comunidade escolar e a comunidade local são bastante compreensivas o que facilita muito as relações de trabalho e interpessoais.

A primeira parte da coleta de dados foi realizada por meio de observações e entrevistas com crianças e adolescentes, nas turmas do 4º e 5º do Ensino Fundamental I, no turno matutino. A segunda parte da coleta de dados foi realizada nas respectivas casas dos pais dos alunos especiais que cederam as entrevistas.

4.3 Participantes

O estudo teve como participantes dois professores da rede de ensino público de Juvenilia-MG que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais, bem como, uma irmã e as mães desses alunos.

O professor José Carlos¹ tem formação em magistério, é graduado em Normal Superior e Pós-graduado em Linguagens, códigos e tecnologias. Tem 34 anos, possui 15 anos de experiência no Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio e nenhuma experiência em educação especial.

A professora Maria Rita tem formação em magistério, e é graduada em Pedagogia. Tem 41 anos e possui 17 anos de experiência no Ensino Fundamental I e nenhuma experiência em educação especial.

Os alunos observados são:

- Paulo, tem 11 anos, segundo o laudo médico, ele possui alta miopia. Em que ele só consegue enxergar claramente quando está próximo do objeto, mas ao olhar uma ver objetos distantes aparecem borrados. Ele estuda no 5º ano do Ensino Fundamental I, e é aluno do professor José Carlos.

¹ Os nomes mencionados no estudo são fictícios para preservar o anonimato dos participantes da pesquisa.

- Caio, tem 15 anos, possui transtornos delirantes persistentes e possui laudo que constata a deficiência. Estuda no 5º ano do Ensino Fundamental I, e é aluno do professor José Carlos.

- Felipe, tem 14 anos, segundo o laudo médico ele tem disritmia cerebral. Estuda no 4º ano do Ensino Fundamental I, e é aluno da professora Maria Rita.

- João, tem 11 anos, possui deficiência intelectual e epilepsia. Estuda no 4º ano do Ensino Fundamental I, e é aluno da professora Maria Rita. Ele é órfão de pai e mãe, ficando sob os cuidados de Rosa.

Os pais e responsáveis contatados pertencem à classe média baixa, não são assalariados e sobrevivem apenas do benefício do governo ou da agricultura ou pesca.

- Rosa, 26 anos, dona de casa. Irmã de João, que apresenta deficiência intelectual e epilepsia.

- Maria Ana, 35 anos, dona de casa. Mãe de Felipe, que apresenta disritmia cerebral.

- Valdirene, 37 anos, dona de casa. Mãe de Paulo, que apresenta alta miopia.

4.4 Materiais

Para a construção, organização e análise das informações, foram utilizados os seguintes materiais: papel sulfite, caneta, máquina fotográfica, celular e computador.

Materiais de consumo: papel sulfite e caneta para elaboração das perguntas e respostas da entrevista realizada com professores e pais de alunos da escola.

Materiais Pedagógicos: livros, artigos, revistas, materiais do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar da Universidade de Brasília UAB _UnB Este material foi empregado para leitura, estudos e fundamentação do projeto e elaboração de perguntas das entrevistas.

Máquina fotográfica e celular: utilizado para a observação do espaço escolar e das salas de aula, e também nas entrevistas dos professores e pais.

Computador: para digitação e organização das entrevistas com professores e pais.

4.5 Instrumentos de Construção de Dados

Utilizou-se uma entrevista com perguntas semiestruturadas, aplicada aos professores no intuito de conhecer como é trabalhado o processo de inclusão desses alunos no ensino regular.

Também foi realizada uma entrevista com as mães desses alunos, a fim de conhecer as barreiras que enfrentaram e enfrentam para que seus filhos tenham seus direitos respeitados na escola e na sociedade, bem como sua participação na escola.

Fez-se uso também da “observação participante” em sala de aula, com o fim de registrar como acontece o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência, como interagem com os professores e os colegas e vice-versa.

4.6 Procedimentos de Construção de Dados

A escolha da instituição, dos professores e dos pais dos alunos ocorreu em razão de eu já possuir um vínculo profissional e pessoal com pessoas dessa comunidade. Logo após apresentar meu estudo de pesquisa para a direção e coordenação pedagógica, levei a proposta para os professores da turma observada e para os pais de alunos, que aceitaram participar voluntariamente do estudo. Foram esclarecidos tanto aos professores quanto aos pais entrevistados que a pesquisa poderia fornecer tanto à instituição de ensino em questão quanto a outras instituições subsídios para o planejamento de atividades, com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Também se apresentou a pesquisa como um caminho para se conhecer as dificuldades que os pais ou responsáveis enfrentam para inserir seus filhos especiais em atividades comuns da sociedade.

Primeiramente, o projeto foi apresentado para a direção da escola, que assinou o Aceite Institucional, consentindo a realização da pesquisa na instituição de ensino.

Definidos os participantes, foram feitos contatos com todos os envolvidos (diretores, coordenadores pedagógicos, professores e pais das crianças selecionadas) para explicar o projeto e obter a aceitação deles através da assinatura dos Termos de Consentimento Informado Livre e Esclarecido.

No desenvolvimento da pesquisa, todos os cuidados foram tomados para observar os princípios éticos que regem pesquisas com participação voluntária de seres humanos.

Foi solicitada nessa fase do trabalho a assinatura dos termos de consentimento, a autorização dos professores e das famílias. Suas identidades foram mantidas em sigilo. Deste

modo, organizou-se a análise das informações contidas nas entrevistas, destacando as particularidades da sala de aula do professor entrevistado e de cada família em relação ao processo educacional de inclusão da criança.

Enfim, os dados obtidos na instituição de ensino, por meio das observações, tiveram como objetivo principal o embasamento da pesquisa, investigando a importância da família no processo de inclusão, e conhecendo como se dá combinadamente no ambiente escolar e familiar o exercício da inclusão.

4.7 Procedimentos de Análise de Dados

A análise dos dados foi feita em conformidade com as orientações, consistindo no registro das informações, que foram organizadas e divididas por participantes e perguntas, com a intenção de facilitar a categorização dos dados.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os professores, depois das sessões de observações em sala de aula. A seguir, foram também realizadas entrevistas com os pais, versando sobre as relações familiares e aprendizagem escolar.

As entrevistas foram individuais e algumas falas, gravadas e, posteriormente, transcritas. Outras, respondidas manualmente pelo entrevistado no questionário impresso.

Os dados foram apresentados e discutidos tendo como fio condutor as problemáticas relatadas pelos professores e pais em torno do processo de inclusão social de seus alunos e filhos. Bem como, a participação da família frente ao processo educacional da criança na escola. Dessa forma, os questionamentos foram cuidadosos, mas possibilitaram que cada um descrevesse seu envolvimento na aprendizagem dos alunos/filhos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos nas observações e entrevistas tiveram como objetivo principal investigar a parceria da escola e família na inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Bem como as dificuldades enfrentadas para acolher e atender a esses alunos no processo de inclusão. A primeira entrevista contou com a participação de dois professores do Ensino Fundamental I, sendo que um trabalha com o 4º ano e outro com o 5º ano, em uma instituição de ensino do município de Juvenília-MG.

Durante as observações do 5º ano, pude presenciar uma sala de aula diferente, organizada em grupos de trabalho diversificados, possibilitando a troca de experiências e o crescimento que decorre por meio da interação. Era uma sala de aula alegre, ativa, em que os recursos eram utilizados de modo a permitir aos alunos a construção de seu conhecimento, de sua cidadania. O professor em suas aulas permite e incentiva as interações espontâneas entre as crianças e adolescentes, reformulando suas práticas pedagógicas, oferecendo alternativas para que todos os alunos com ou sem deficiências possam participar das atividades.

Do mesmo modo, verificou-se que o professor sempre incluiu as crianças com NEEs no grupo das outras crianças (por exemplo, para sentar junto, responder às atividades etc.). Ele favorecia e incentivava a participação das crianças no espaço físico da sala e resolução de atividades que estimulavam o desenvolvimento da criança (motor, cognitivo, socialização, auto cuidados etc.).

O professor entrevistado, e regente desta turma, fez um breve relato sobre o aluno. Segundo o professor, no início, ao receber o aluno, no ano anterior, foi bem difícil. Talvez por sua falta de experiência em ser um professor alfabetizador, de lidar com a deficiência visual do aluno, assim como em relação ao desenvolvimento no processo de alfabetização e letramento desse aluno. No entanto, diante de conversas com alguns colegas, leituras e pesquisas de como lidar com essa situação, disse que as coisas foram ficando mais claras e ele passou a entender que a criança é capaz de aprender no tempo dela. Para isso, algumas mudanças e estratégias deveriam partir dele, visando ao sucesso do aluno. Segundo o professor, em sala de aula o aluno não demonstrava interesse pelas atividades de escrita. Não conhecia e nem identificava algumas letras do alfabeto ou palavras. Diante disso, o professor

notou a gravidade do comprometimento da visão que esse aluno tinha o que era percebido pelos pais e até mesmo alguns professores como atitudes que indicavam falta de interesse, preguiça, distração ou dificuldade de aprendizagem. O aluno em questão possui alta miopia. Apesar de ter entrado na escola na idade “certa”, sempre teve dificuldade de aprendizagem, por conta da sua deficiência, o que dificultou seu processo de letramento.

Ao perceber que os óculos que o aluno usava tinham mais de dois anos, pelo fato de a família ser humilde e não ter condições de pagar o exame periodicamente e a compra de novos óculos, o professor acionou a direção, para que contatasse a secretaria social do município e pudesse ajudar a família. Seu pedido foi aceito, e o aluno fez o exame oftalmológico e começou a usar os óculos de acordo com seu grau, superando as barreiras que dificultavam seu processo de ensino e de aprendizagem. Mesmo estando no 5º ano, e em fase de processo de alfabetização, para o professor isso já era um grande avanço. O professor disse que, durante suas aulas, procura utilizar o mesmo sistema de leitura e escrita das outras crianças da sala. O que modifica seu trabalho em relação a esse aluno é observar o local em que a criança deve se sentar por causa da quantidade e qualidade de luz que recebe. Também procura colocá-lo próxima ao quadro; escrever as atividades com letras maiores, para que sejam facilmente legíveis. Ao elaborar cartazes, o professor procura colocar cores fortes e contrastantes, como o preto e branco. Do mesmo modo, evita alguns desenhos com muitos detalhes para não confundi-los. Em algumas aulas, faz uso das lupas para facilitar o desempenho dos seus -alunos, assim como também utiliza histórias, por meio do data-show, bem como jogos educativos no computador, através dos quais os alunos trabalham em equipe. Para o professor entrevistado, as maiores dificuldades encontradas dizem respeito à falta de parceria, de materiais didáticos, de experiência dos profissionais e de preparação da escola para atender aos alunos com deficiências.

Segundo a professora, antes de receber esses dois alunos com NEEs em sua turma, imaginava que iriam para a escola somente com o intuito de se socializar. Todavia, com a experiência de trabalho, reconheceu que eles também vão para a escola para aprender. Diante disso, a professora passou a observar a sala e os alunos constantemente, mantendo contato visual com eles.

Durante as aulas observadas, ela se locomove na sala de aula, observado grupos distintos ou alunos diferentes enquanto trabalham, a fim de atender às necessidades dos alunos. Pude observar também que a professora procura fazer adaptações curriculares, na sala e nos materiais usados, para facilitar a participação da criança com NEEs nas atividades em sala. A professora lida com dois alunos com necessidades educacionais especiais: um possui

disritmia cerebral e o outro, deficiência intelectual e epilepsia. A professora procura realizar atividades que atendam às habilidades dos alunos, oferecendo autonomia e participação coletiva, para que eles se sintam integrantes do contexto escolar. Todo o trabalho que desenvolve na sala de aula é orientado pela supervisora pedagógica da escola, que procura direcionar seu trabalho de modo a oferecer uma educação de qualidade a todos os alunos. Segundo ela, a maior dificuldade com que se depara na escola é a falta de material pedagógico, materiais esses que poderiam contribuir significativamente com o processo de ensino e aprendizagem.

Segundo a professora, ela enfrenta dificuldades, como o preconceito dos pais das crianças ditas “normais”, que consideram que as crianças com necessidades educacionais especiais prejudicam o processo de aprendizagem dos seus filhos, causando, assim, uma discriminação. A visão da professora é a de que a família necessita de apoio de outros profissionais no ambiente escolar, para proporcionar a inclusão desses alunos com deficiência.

Os resultados encontrados apontam que os professores do Ensino Fundamental I, mesmo não tendo nenhuma especialização na área inclusiva, mostram-se comprometidos com o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, embora haja muitos entraves nesse processo; as barreiras parecem intrínsecas à prática do professor. De uma forma geral, os professores entrevistados acreditam que ingressar uma criança com necessidades educacionais especiais é de extrema importância no processo inclusivo e que exige alguns cuidados por parte da equipe pedagógica. Algumas alternativas devem ser buscadas através de informações junto à família da criança, para que se possa contribuir mais efetivamente no processo de aprendizagem e formação desse aluno. Ressalta-se a importância de o professor adequar a maneira de lidar com esse aluno e entendê-lo, procurando ajuda e orientações com profissionais especializados, utilizando a criatividade para enfrentar o novo, as incertezas e dúvidas que possam aparecer no decorrer do caminho. Eles acreditam também que se faz necessária uma escola bem estruturada e que ofereça recursos materiais e humanos para assistir as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que desenvolvam suas habilidades, por meio de metodologias e abordagens contextualizadas, respeitando e valorizando suas particularidades.

Enfim, os professores entrevistados consideram que essas experiências com alunos com NEEs foram positivas e enriquecedoras para sua vida pessoal e profissional; todavia, acreditam que as instituições regulares devem buscar meios para capacitar seus professores, a fim de que possam atender a todos os alunos de acordo com as suas especificidades.

A segunda entrevista contou com a participação de mães e responsáveis pelas crianças

e adolescentes que possuem necessidades educacionais especiais e que frequentam a referida instituição de ensino do município de Juvenília-MG.

A coleta de dados foi realizada pela própria pesquisadora, em entrevistas individuais, para que as pessoas pudessem ficar à vontade para falar o que achassem necessário. O tempo de duração variou entre 20 e 40 minutos.

A visita às casas dos estudantes favoreceu o diálogo e a compreensão das relações familiares, bem como a averiguação do estado econômico da família, seus costumes, potencialidades, capacidades e o relacionamento da família com a escola na qual os filhos estudam. Deste modo, conduziram-se as entrevistas destacando as particularidades de cada família em relação ao processo inclusivo de seu filho na rede de ensino regular.

Em entrevista, dona Maria Ana relatou que até os oito anos de idade, seu filho Felipe não aparentava nenhum tipo de deficiência. Mas após ter tido alguns episódios de convulsão, começou a detectar sua deficiência. A entrevistada relatou que enfrentou períodos difíceis antes de aceitar internamente o fato de o filho ter esse problema. Porém, com o tempo, tanto ela quanto os membros da família vão se adaptando à situação e hoje ajuda da melhor forma possível no desenvolvimento do adolescente.

Ao solicitar a participação do pai na entrevista, ele se recusou e se ausentou do local, deixando exclusivamente a mãe do adolescente. Segundo ela, a relação entre o pai e o adolescente não é amigável. Em razão da deficiência que o filho possui, o pai não o inclui totalmente como membro da família.

Dona Maria ressalta que há uma baixa expectativa em relação às possibilidades futuras do adolescente, pois não há um acompanhamento semestral e muito menos diário de especialistas da saúde que poderiam ajudá-la no tratamento da doença. As atitudes preconceituosas por parte de familiares, vizinhos, amigos e comunidade é o que mais incomoda e machuca a mãe, chegando ao ponto de ela se isolar dentro de casa para não sofrer com certas atitudes preconceituosas.

Ao perguntar sobre os benefícios que a inclusão tem trazido ao seu filho e se a professora está preparada para a inclusão, a mãe respondeu:

Muitos são os benefícios que a inclusão tem trazido ao meu filho. Embora ele ainda não seja alfabetizado, mas só o fato dele estar inserido e convivendo com outras pessoas já é um benefício. Outro benefício é que a professora conversa muito com ele e dá conselhos, pois ele é um adolescente um pouco revoltado. Quanto à professora, acho que ela está preparada sim para a inclusão. Pois ela não só lida com meu filho, como também há outra criança especial na sala. Então,

sei que não é fácil ela dar aula pra duas crianças especiais com 17 alunos considerados “normais”.

A entrevistada Rosa, irmã do aluno João, cuida do mesmo há seis meses, pelo fato de ele ter ficado órfão de pai e mãe. Rosa possui atitudes excludentes em relação à inclusão do seu irmão na rede regular de ensino. Ela acredita que João prejudica e “perturba” o bom andamento da classe, e acha que ele é uma “ameaça” ao sucesso escolar dos colegas. Esse pensamento nos mostra que ela vê a deficiência como uma doença que precisa ser tratada, e seu irmão, uma pessoa com deficiência, como totalmente incapaz. Ela diz que o seu irmão não tem capacidade sequer de se integrar, pois é um “problema” que deve ser atendido pela área da saúde e não pela escola. Mais à frente, na entrevista, a irmã constrói um raciocínio para legitimar a ideia de que seu irmão com deficiência não deveria estar na escola regular, mas, sim, em outro lugar. Ela disse ter a intenção de colocá-lo em um pensionato no ano vindouro, pelo fato de ele “dar trabalho” na escola e na vizinhança. Ao lhe perguntar sobre os benefícios que a inclusão tem trazido ao seu irmão, ela responde: *“Só o fato de ele estar lá já um benefício. Embora ele seja muito “rudo” e não se desenvolver como os outros colegas, mas pelo menos não está na rua”*.

Indagada se, como parte integrante da família, ela tem sido uma parceira da professora frente ao processo educacional de seu irmão, ela responde: *“Mais ou menos. Pois não tenho tempo nem de cuidar dos meus filhos e ainda tenho que cuidar dele, que só me dá trabalho, não me obedece. Inclusive quero o ano que vem mandar ele pro pensionato na cidade”*.

A mãe de Paulo, dona Valdirene, relatou que é muito triste ter um filho com necessidades educacionais especiais. Ela diz ter feito de tudo para que seu filho estudasse na escola regular, juntamente com os outros alunos, sem necessidades educacionais especiais, pois não gostaria que seu filho ficasse isolado, excluído do meio social. Embora preze a interação, há algumas situações – tais como brincadeiras e passeios – em que ela o impede de participar, por receio de que quebre os óculos ou que algo lhe aconteça de ruim. A entrevistada relatou que possui um vínculo amigável com os professores. Segundo ela, todos sabem compreender a dificuldade de seu filho, acolhendo-o e ajudando-o na medida do possível, tendo em vista seu desenvolvimento cognitivo e social. E ela, como parte integrante da família, assim também como seu esposo, eles têm sido parceiros do professor frente ao processo educacional do seu filho, sendo frequente na escola e ajudando-o nas tarefas de casa.

Em sua fala sobre os benefícios que a inclusão tem trazido ao seu filho, dona Valdirene diz o seguinte:

Foram muitos os benefícios. Graças à inclusão, meu filho tem conseguido fazer o exame todo ano e os óculos. O ano passado a escola se juntou com doações e até mesmo rifas pra fazer o exame e comprar os óculos. E esse ano, a escola entrou em contato com a assistência social da cidade e pude realizar o exame e os óculos do meu filho.

Quanto ao compromisso dos profissionais da educação no acompanhamento da aprendizagem do seu filho e sua opinião sobre se o professor do seu filho está preparado para a inclusão, ela diz o seguinte:

Considero muito bom o compromisso dos profissionais da educação no acompanhamento da aprendizagem do meu filho. Embora ele ainda tenha dificuldade na leitura, visto que, ele ficou muito tempo sem os óculos ou quando usava já estava vencido. Mas os professores sempre foram pacientes e companheiros com ele. Quanto à preparação do professor, acredito que ele está preparado para a inclusão. Pois ele compreende a dificuldade do meu filho e sabe como ajudá-lo no momento da necessidade.

Embora a amostra desta pesquisa seja pequena, pôde-se perceber que as mães e responsáveis entrevistados relataram que enfrentam períodos difíceis com relação à aceitação de um filho com necessidades educacionais especiais. As atitudes preconceituosas por parte de familiares, vizinhos, amigos e sociedade são outro fator prejudicial e ameaçador à integração dessas crianças, pois elas são percebidas como incapazes por não satisfazerem ao esperado socialmente. Há um desconhecimento e conseqüente despreparo dos indivíduos em lidar com as diferenças, demonstrando-se, algumas vezes, “pena” em relação a elas.

Percebe-se, em dois relatos, que as mães possuem uma baixa expectativa em relação às possibilidades futuras da criança, em razão da falta de acompanhamento de um profissional especializado e pelo fato de ela não ter condições de conviver com outros colegas, segundo uma das mães.

Outra mãe parece estar atenta ao seu papel na participação e integração no âmbito escolar, a fim de facilitar a vivência desse aluno na sociedade.

A socialização desse trabalho não tem a pretensão de evidenciar verdades absolutas; tampouco estabelecer modelos, mas instigar provocações, inquietações, reflexões a respeito da importância da presença e da participação da família no processo de inclusão de seus filhos na rede de ensino regular.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo descrever e analisar como a família e os professores lidam com alunos com necessidades educacionais especiais inseridos em suas salas, procurando aprofundar a discussão desse tema, uma vez que o mesmo tem sido pouco abordado no contexto escolar.

Nessa pesquisa, verificou-se a importância da família como coparticipativa e aliada na educação inclusiva, uma vez que deve possibilitar a interação social e o convívio social, acompanhando o processo educacional sob um olhar cuidadoso e participativo. A escola também tem o seu papel de responsabilidade no processo de inclusão. Cabe à escola começar esse movimento de aproximação e parceria, atraindo os pais para a escola com o intuito de romper os muros simbólicos de preconceito, constrangimento, timidez e medo, que se erguem entre a escola e família.

A escola deve elaborar projetos e criar mecanismos para que a família participe ativamente do cotidiano escolar. Não basta acolher. A ordem do dia é garantir que os alunos com necessidades educacionais especiais avancem. E para que isso aconteça, é preciso que cada um faça sua parte. Somente assim serão parceiros na efetivação do processo de ensino e aprendizagem. O trabalho conjunto contribui significativamente para evitar as barreiras atitudinais que reforçam o preconceito.

Nesse sentido, esse trabalho procurou oferecer contribuições a essa discussão, trazendo ideias de autores que referenciam a relação entre a educação inclusiva e o contexto escolar e familiar.

A partir das entrevistas, percebeu-se a existência dessa relação. A educação é uma ação que exige comprometimento e disponibilidade, tanto dos pais quanto dos professores. Pensar uma educação inclusiva, que seja realmente qualitativa, e não apenas integradora, é um desafio árduo e contínuo na construção e no desenvolvimento do ensino. Essa tarefa se estende a toda à comunidade escolar.

Pode-se dizer que o processo de inclusão é um processo de luta mundial, ainda em processo de efetivação. Escola e família juntas muito podem fazer para melhorar essa

condição ao fortalecerem os vínculos dessa relação. Neste sentido, as parcerias construídas entre toda comunidade escolar, família e sociedade podem contribuir para que sejam desenvolvidas ações inclusivas para todos que da escola fazem parte, sendo o aluno ator central do processo de ensino e aprendizagem.

A parceria entre escola e família pode contribuir para mudar a percepção em relação à diferença. Deste modo, espero que, através das informações inseridas neste estudo, muitas portas sejam abertas para a promoção e a integração entre família e escola, em que ambas devem estimular o crescimento do aluno, resgatando sua autoestima, bem como discutir abertamente as atitudes a serem adotadas para garantir a saúde do aluno, sua permanência e inclusão plena na comunidade escolar.

7 REFERÊNCIAS

BOWLBY, J. **Formação e Rompimento dos Laços Afetivos**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2005.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

DESSEN, Maria Auxiliadora and Polonia, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia** (Ribeirão Preto), Abr 2007, v.17, no.36, p.21-32.

HAERTER, Lisane et al. **Estimulação essencial**: educação precoce: relatório de atividades. Pelotas. APAE, 2003. 28p.

KELMAN, Celeste Azulay. Sociedade, educação e cultura. In: Albuquerque, D. A.; BARBATO, S. (Coord.) **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 11-53.

MACEDO, L. de. **Fundamentos para uma Educação Inclusiva**.

Disponível em:

<http://www.educacaoonline.pro.br/art_fundamentos_para_educacao_inclusiva.asp>. Acesso em: 20 de fev 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento. *Cad. CEDES*, Set 1998, v.19, no.46, p.00-00. ISSN 0101-3262

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP, 2010.

MORAES, Roque. **Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual qualitativa**. Porto Alegre: PUCRS, 2002. (Mimeo).

PETERKE, Sven. [et al.] **Manual prático de Direitos humanos internacionais**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2009.374, p. (2009). Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/textos/a_pdf/manual_pratico_dh_internacionais.pdf>. Acesso em: 30 de set 2015.

REGO, T. C. (2003). **Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades**. Petrópolis, RJ: Vozes.

SASSAKI, R. K. Inclusão: **Construindo uma sociedade para todos**. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SZYMANSKI, H. **A relação família-escola: Desafios e perspectivas**. Brasília: Plano, 2001.

APÊNDICES

Apêndice A Entrevista para o professor

PARTE A – IDENTIFICAÇÃO

Data da Entrevista:

Escola:

Professor (a):

Idade:

FORMAÇÃO:

Magistério Formação Geral

Curso Superior? NÃO SIM

Qual (is)?

EXPERIÊNCIA COMO PROFESSOR:

- Tempo de experiência (em anos) como professor:
 - Experiências em quais áreas (ensino infantil, fundamental, médio, etc)?:
 - Tempo de experiência em anos:
 - Experiência no Ensino Especial?
- NÃO SIM.

Quais? Local Tempo de experiência Nível de escolaridade

- Você teve convivência anterior com pessoas com Necessidades Educacionais Especiais?
- NÃO SIM.
- Quem? familiares vizinho aluno outros

1. Na sua concepção o que é educação inclusiva?

2. De modo geral, o que você acha da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola?
3. Você se considera preparado para acolher os alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula?
4. Quais as dificuldades que você enfrenta para atender os alunos com necessidades educacionais especiais?
5. No caso de achar que precisaria de ajuda, que profissional (is) você acha que poderia(am) te ajudar?
6. Como tem sido a participação da família no processo de inclusão? Colaboradora ou motivo de impedimento?
7. Como professor e família podem trabalhar juntos na construção dessa inclusão?
8. Qual é a participação dos pais dos alunos com deficiência, no atendimento, no acompanhamento?
9. Sabemos que a família deve ser parceira da escola durante todo o processo de ensino e aprendizagem. Como fazer com que pais de crianças com necessidades educativas especiais aceitem que a criança tem dificuldades e necessita de ajuda?
- 10- Como você trabalha com a ansiedade dos pais em relação à aprendizagem dos alunos com necessidades especiais?
11. O que você tem a dizer sobre o processo de inclusão do aluno com deficiência? Quais aspectos você destacaria?

Apêndice B Entrevista com pais de alunos especiais

Nome fictício:

Sexo:

1. Para você o que significa ter um filho com necessidades educacionais especiais?

2. Você possui algum laudo médico que comprova a deficiência do seu filho?

3. Como é o seu dia a dia, casa, trabalho, os cuidados com o seu filho?

4. Qual foi a principal preocupação/foco ao procurar uma escola inclusiva para matricular o seu filho?

5. Qual o seu ponto de vista em relação ao acolhimento e a aceitação do seu filho na escola regular?

6. Que benefícios à inclusão têm trazido ao seu filho?

7. Como é compromisso dos profissionais da educação no acompanhamento da aprendizagem do seu filho?

8. Em sua opinião, professor do seu filho está preparado para a inclusão? Por quê?

9. Você como parte integrante da família tem sido uma parceira do professor frente ao processo educacional da criança?

ANEXOS

A Carta de Apresentação – Escola



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Profª Drª Diva Albuquerque Maciel**

B Termo de Aceite Institucional



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*),
 da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa
 _____,
 de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____,
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de
 Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de
 Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização
 de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento
 _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com
 _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de
 _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em
 _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela
 instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da
 instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em
 especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição
 coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar

dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

Nome do (a) responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

C Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____

D Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário: _____

E-mail(opcional): _____